

## A disputa política na cidade de Cataguases

**Odete Valverde Oliveira Almeida**<sup>1,2</sup>, (MS)

1. Professora do Departamento de História da Faculdade Integrada de Cataguases (FIC);
2. Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG.

**RESUMO:** Cataguases, cidade do interior mineiro, nas décadas de 1930, 40 e 50, foi palco de uma intensa disputa política, onde duas famílias tradicionais do município – os Dutra e os Peixoto - rivalizaram-se e travaram uma luta sem tréguas pelo poder local. Essa disputa acabou por envolver a população local, que se via obrigada a tomar posição e dividir-se em pró-Dutra e pró-Peixoto. A contenda ultrapassou a esfera eleitoral e foi travada ainda no campo da representação e da memória. No presente artigo, discutimos essa disputa no campo eleitoral, priorizando o período de 1930 a 1960. Inicialmente apresentamos uma discussão teórica sobre as eleições, bem como a legislação eleitoral de cada período abordado. Em seguida discutimos o processo eleitoral no município, enfatizando as disputas entre os dois contendores locais.

**Palavras-chave:** Disputa política, século XX, Cataguases.

**ABSTRACT:** Cataguases, city in the interior of Minas Gerais, during the decades of 1930, 40 and 50, was the stage of an intense politics dispute, where two traditional families of the city - Dutra and Peixoto - competed and fought without truces for the local power. That dispute ended for involving the

local population, that was forced to take position and to divide into for-Dutra and for-Peixoto. The dispute crossed the electoral sphere and was still in the field of the representation and of the memory. In the present article, we discussed this dispute in the electoral field, prioritizing the period from 1930 to 1960. Initially we presented a theoretical discussion about the elections, as well as the electoral legislation of each approached period. After that we discussed the electoral process in the city, emphasizing the disputes between the two local contenders.

**Key-words:** Political dispute, 20<sup>th</sup> century, Cataguases.

## I – Eleição: instrumento de dominação ou de representação?

Vários autores da teoria política têm se dedicado ao estudo de temas eleitorais, seja enfatizando a teoria ou a prática, ou ainda a relação entre ambas. Nesses estudos, a dicotomia entre a dominação e/ou representação, sempre aparece no centro das discussões, ou seja, as eleições podem ser vistas como formas de representação ou de dominação política?

Acreditamos que ninguém contesta a função de instrumento de representação política que as eleições exercem num sistema democrático. Afinal, é através das eleições que os cidadãos se fazem representar, expressam suas opiniões e escolhem seus governantes, consentindo e legitimando sua autoridade. Assim sendo, a eleição, como meio de expressão do eleitorado é um elemento fundamental num regime democrático. Mais do que isso, é o seu pilar, o seu alicerce. É com o voto que os cidadãos – os representados – autorizam outros cidadãos – seus representantes – a agir em seu nome. Este é um princípio básico da representação política e é o que oferece legitimidade ao poder. Todavia, alguns autores também chamam a atenção para o uso das eleições como instrumento de dominação:

Partidos e eleições são usados como forma de dominação política, excluindo da participação segmentos sociais significativos, possuindo orientação intimamente elitista e que

reduzem partidos e eleições a instrumentos voltados para o continuísmo e para assegurar às elites dominantes o controle do poder político.<sup>1</sup>

O caso se aplica principalmente à primeira fase do Brasil republicano, à chamada “República Velha”, período em que a maioria dos eleitores não tinha consciência dos seus direitos políticos e nem da importância do seu ato e votam simplesmente porque alguém lhes solicitou, ou porque foram pagos ou coagidos de alguma forma. Seu voto é visto não como instrumento de representação, mas como instrumento de troca. Pertence a alguém a quem deve favor ou gratidão. As leis eleitorais, por sua vez, reforçam essas práticas.

Para Aurélio Bastos, estudar a legislação deste período é “estudar as maquinações dos agentes do poder para permanecer no poder”.<sup>2</sup> Segundo o autor, a lei eleitoral da primeira república é elaborada conscientemente para servir de instrumento das próprias oligarquias para garantir seu continuísmo e evitar a ascensão política de outras camadas sociais, demonstrando a agilidade e a destreza das oligarquias tradicionais em utilizar o poder em seu favor.

Toda a literatura que trata sobre a “República Velha”, caracteriza esse período pela utilização de práticas eleitorais coercivas e fraudulentas. Apesar da República ter implantado o voto universal masculino, não havia, por parte das elites políticas, grandes preocupações em garantir e efetivar os direitos políticos dos cidadãos, como a liberdade de escolha no exercício do voto e muito menos, em ampliar esses direitos e os espaços de participação política. Na verdade, o que contava mesmo era o resultado e, para isso, não hesitavam em lançar mão de mecanismos e práticas fraudulentas e coercivas. Além do mais, a preocupação maior neste momento era com a manutenção da ordem interna, a coesão, a disciplina partidária e a projeção do partido em nível federal. A trajetória do PRM elucida bem essa questão.

Maria Efigênia Lage Resende, ao analisar o processo histórico de formação da estrutura de dominação oligárquica em Minas, destaca muito bem as dissidências internas e as clivagens entre as elites, os conflitos, as disputas pelo poder e a reação centralizadora que deu origem a um novo PRM, marcado por uma maior unidade e rígida disciplina. O objetivo era firmar a preponderância de Minas na União, através de um partido forte e disciplinado. Como se pode ver, o que estava em pauta era a manutenção da ordem interna e a posição de Minas no cenário federal. Neste contexto, a eleição é vista apenas como um

1 LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. (Org.). **O balanço do poder**: formas de dominação e representação. Rio Fundo: Iuperj, 1990. p. 9.

2 BASTOS, A. **O poder e as leis**: a dominação eleitoral na primeira república. In: LIMA, op. cit. p. 35.

instrumento formal e legal para garantir a unidade, o continuísmo e o controle do poder político pelas elites dominantes e não como um instrumento de representação dos eleitores.

Ainda de acordo com a literatura corrente, a preocupação com a “verdade das urnas” só começa a entrar na pauta política na década de 1920, destacando-se o movimento tenentista, que apregoava a moralidade eleitoral. A partir daí, temos todo um contexto favorável à moralização do voto: a criação da Justiça Eleitoral, o Código Eleitoral de 1932 e a crescente mobilização da sociedade civil.

As experiências de governos democráticos pós 1945, somadas ao crescimento das camadas médias urbanas vieram contribuir para se chegar mais próximo ao fim almejado. Temos então, não só a ampliação do direito ao voto, como o voto feminino, como também a ampliação dos espaços de participação política. Exemplificando: sindicatos, associações, a imprensa e o próprio pluripartidarismo, enfim, a experiência de uma vivência democrática. É claro que todo esse ambiente reflete-se nas eleições, que tendem a se tornar mais “verdadeiras”, veículo de expressão de opinião dos cidadãos.

Concluindo, podemos dizer que a eleição como instrumento de representação, como meio de expressão do eleitorado, é o resultado de um processo histórico, de uma tomada de consciência e da organização da sociedade civil, que passou a exigir mais seus direitos políticos e buscar formas de maior interação com a sociedade política. Contudo, isso não quer dizer que a eleição tenha deixado de ser um instrumento de dominação. A tendência da elite dominante é tentar se manter no poder e num regime democrático, mesmo que formal, a eleição é o caminho para o poder político, sendo assim, ela sempre estará sujeita a manipulações, ainda que por meios extra-legais. Cabe, portanto, à sociedade civil organizada, aos cidadãos, a responsabilidade pela manutenção de seus direitos como cidadãos, entre eles, de se fazer representar através do voto.

Uma vez discutida essa questão teórica em torno do papel das eleições, passamos a analisar agora a disputa política no campo eleitoral, priorizando o período de 1930 a 1960. Inicialmente, julgamos necessária uma ligeira abordagem panorâmica das eleições nesse período, enfocando algumas modificações na legislação eleitoral, para melhor situar nosso objeto, isto é, a disputa eleitoral entre os contendores locais.

## **II – A disputa eleitoral no município no contexto da Revolução de 30**

### **2.1 – As eleições no novo contexto**

A criação do código eleitoral de 1932 significou um importante avanço na legislação eleitoral. Além de ampliar o direito de voto, instituindo o voto

feminino e baixando o limite de idade para 18 anos, o código procurava oferecer mais segurança ao sigilo do voto, instituindo as sobrecartas oficiais, que deveriam ser enumeradas e rubricadas pelo presidente da mesa. Contudo, as cédulas continuavam sendo confeccionadas pelos partidos e candidatos. O eleitor podia levar a cédula de casa, feita à máquina ou escolher na cabine do voto, a cédula da chapa de candidato ou partido que quisesse. Depois de votar em um lugar indevassável, o eleitor exibia a sobrecarta com a cédula dentro, para o mesário verificar o número e a rubrica antes e colocá-la na urna.

Outro importante passo para a moralização das eleições foi a criação da Justiça Eleitoral. A partir de então, todo o processo de organização do pleito passou a ser encargo desse órgão: alistamento, divisão do município em seções, distribuição dos eleitores por seções, formação das mesas receptoras, apuração dos votos, reconhecimento e diplomação dos eleitos. Como se pode ver, as mesas perderam o poder de apurar os votos.

Quanto ao alistamento, este podia ser feito de duas maneiras: por iniciativa do cidadão, ou pelos chefes de departamentos públicos ou empresas que cadastravam seus empregados, o chamado alistamento *ex-offício*. Tanto o alistamento quanto o voto passaram a ser obrigatórios para homens maiores de 18 anos e funcionárias públicas. Apesar de todo esse avanço na legislação, no período de 1930 a 45, ocorreram poucas eleições, devido à implantação da ditadura varguista em 1937.

No âmbito municipal, o movimento de 1930 também trouxe alterações, com a criação do cargo de prefeito. Entretanto, este era considerado cargo de confiança do governador do estado, sendo, portanto, nomeado por ele. Não havia eleição para prefeito. Diante disso, registramos neste período, poucas eleições no município.

Apesar da fraca ocorrência de eleições, as poucas que ocorreram foram disputadíssimas no âmbito municipal. As eleições de maio de 1933 movimentaram a cidade. Ainda no segundo semestre de 1932 começaram as campanhas de alistamento, desta vez obrigatório e o órgão oficial do município, o Cataguases continuava exercendo o papel de veículo de campanha. Com a intensificação da campanha, o resultado começava a aparecer: no pleito de março de 1933, o município tinha alistado cerca de 9.000 eleitores. Em setembro de 1934, esse número subiu para 12.445 e em 1936, o total de eleitores do município subiu para 14.626.<sup>3</sup>

## **2.2 – A disputa eleitoral entre os dois chefes políticos: Pedro Dutra e Manoel Peixoto**

Pedro Dutra sucedeu ao pai, Astolfo Dutra, na chefia política municipal.

3 Dados extraídos do Jornal Cataguases 02/09/1934 e 05/04/1936.

A oposição à sua liderança acirrou-se em 1930, por ocasião do movimento revolucionário, quando os políticos locais dividiram-se a favor e contra o movimento e aumentou ainda mais, com a sua atuação na direção política e administrativa do município.

Manoel Peixoto, industrial na cidade, sentindo seus interesses ameaçados pela administração de Pedro Dutra passou a liderar a facção política rival, dando início a uma oposição cerrada e sem tréguas. Temos assim dois chefes políticos em disputa: de um lado Pedro Dutra e de outro Manoel Peixoto. Essa disputa consolidou-se na primeira campanha eleitoral deste período, em maio de 1933, nas eleições para escolha dos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Pedro Dutra exonerou-se do cargo de prefeito para candidatar-se, pelo Partido Progressista, a uma vaga na Assembléia e iniciou sua campanha política. Manoel Peixoto, por sua vez, entrou na campanha apoiando a candidatura de Virgílio de Mello Franco.

A disputa eleitoral tem início, mais uma vez, no alistamento. Os dois chefes criaram comitês pró-alistamento e *bureaux* eleitorais pela cidade, funcionando dia e noite, inclusive aos domingos e feriados, e passaram a disputar os eleitores “um a um” e “palmo e palmo”.

O alistamento era importante, pois demonstrava a força política de seu chefe, por isso, ambos se empenharam nessa campanha. A oposição procurava alistar um grande número de cidadãos para mostrar ao governo do estado que a população era adversária de seu prefeito, que deveria, portanto, perder o cargo. O prefeito, por sua vez, também procurava alistar um grande número de eleitores para comprovar seu prestígio e sua força política perante o presidente do estado. Enfim, “a oposição alistava para derrotar o prefeito e este alistava para defender-se.”<sup>4</sup>

Ambos procuravam demonstrar sua força através dos números: Manoel Peixoto garantia o alistamento de mais de 4.000 eleitores. Pedro Dutra afirmava que a oposição não dispunha de 3.000 eleitores, enquanto ele arrematava mais de 6.200 eleitores. Para ambos os lados, a vitória eleitoral estava garantida.

Nesta briga, acusações eram trocadas por ambos os lados: Manoel Peixoto acusa o prefeito de ter falsificado recibos eleitorais, alistado eleitores de outros municípios, utilizando declarações falsas, gastado dezenas de contos de réis com alistamento eleitoral de seu partido e triplicado o número de funcionários para fins eleitorais. Pedro Dutra devolve as acusações denunciando a oposição por ter utilizado cerca de mil recibos falsos, alistado eleitores “de fora” e praticado outros atos ilícitos.

Os dois chefes em contenda disputavam ainda, o apoio do presidente do estado, Olegário Maciel. Cabe lembrar aqui que o cargo de prefeito era

4 Jornal A Nação, RJ. 26/05/33, p.2, anexo ao Processo Crime, 1933. CAT-1-CR-n. 2634. Cx.127 v. 5. CDH.

nomeado pelo presidente do estado, portanto, para obter a direção do município era necessária sua indicação. Segundo consta num Boletim Eleitoral de 12 de abril de 1933, numa reunião do Partido Progressista em Juiz de Fora foi firmado um acordo com Olegário Maciel, segundo o qual a oposição ficaria com a direção do município se ela conseguisse levar às urnas, nas eleições do dia 03 de maio, os 4.300 eleitores que ela diz ter alistado. Ou seja, quem conseguisse provar seu prestígio, obtendo a maioria dos votos, ser-lhe-ia entregue a administração e a política local.

Podemos perceber, portanto, o grau de exaltação de ânimos que tomou conta das eleições daquele ano, bem como a polarização política e a atmosfera tensa e conflitante que envolveu a cidade. Foi nesse clima de paixões políticas acirradas que a população foi às urnas. Os dois chefes espalharam fiscais por todas as seções e marcaram vigilância cerrada. Os cabos eleitorais conheciam todos os eleitores e, mesmo não podendo diferenciá-los pelas cédulas, todos sabiam de que grupo era cada eleitor que votava.

O término das eleições não significou o relaxamento das tensões. Um dia após o pleito, em 04 de maio, Pedro Dutra sofreu uma tentativa de homicídio. Com isso, a disputa iniciada nas eleições continua nos tribunais. Pedro Dutra abre um processo e acusa Manoel Peixoto de mandante do crime. Descreve os últimos acontecimentos políticos na cidade, fala sobre o ódio que o industrial alimenta contra ele e sobre a “indigna” campanha de seus adversários, liderada por Manoel Peixoto, visando pleitear a direção do município junto ao governo do estado. Afirma que eles não puderam levar às urnas os quatro mil votos prometidos e, não conseguindo derrotá-lo nas eleições, trataram de eliminá-lo fisicamente. Theodoro Silva, vulgo Baiano, o autor material do atentado, em suas primeiras declarações, afirma ter sido contratado por Manoel Peixoto para matar Pedro Dutra, caso ele vencesse as eleições e deveria realizar o serviço logo após o pleito, pois, segundo seus cálculos, Pedro Dutra venceria, pois possuía maior número de eleitores.

Manoel Peixoto, em seu depoimento, confirma que é inimigo pessoal e político de Pedro Dutra, mas que não tentaria matá-lo por forma indireta, podendo, contudo, fazê-lo diretamente. O acusado se diz vítima de uma emboscada político-partidária e sustenta a idéia da “farsa” do atentado, que teria sido armado por amigos e correligionários de Pedro Dutra, ou por ele mesmo, para explorar politicamente a situação. Afirma ter ganhado as eleições e diz que, diante da vitória eleitoral, um episódio como esse só serviria para prejudicar a oposição e deixá-lo mal junto ao presidente do estado.

Para ele, a farsa teria sido um “artifício político destinado a suprimir com a liberdade e a honra de um grande chefe (...) capaz de levar às urnas vários milhares de votos e hoje consegue congrega 2/3 do eleitorado de Cataguases.”<sup>5</sup>

A troca de acusações entre os dois contendores continua ao longo do

5 Processo Crime, 1933. CAT-1-CR-n. 2634 Cx. 126 v. 3. p. 587. CDH.

processo: Pedro Dutra reafirma sua vitória eleitoral, diz ser o político do estado que maior votação deu à legenda de seu partido e que seus adversários só levaram às urnas aquele número de votos porque subornaram cabos eleitorais. Acusa Manoel Peixoto de “suborno pelo ouro” e de pagar edições em jornais com o dinheiro que “arranca às lágrimas e privações notórias de seus operários”.<sup>6</sup>

Um fato que nos chama a atenção através desse episódio é como a disputa entre os dois chefes políticos acabou por envolver a população local. Num clima de acirradas disputas políticas, como o que a cidade estava vivenciando é muito difícil, senão impossível, permanecer “neutro”. Nesse processo isso aparece de forma clara: as testemunhas são sempre correligionárias de um ou de outro lado. O “homem comum”, o “homem do povo” começa a aparecer na cena. Depoimentos de barbeiros, padeiros, comerciários, lavradores, começam a se avolumar. Sempre tem alguém que “ouviu dizer” algo ou viu alguma coisa, que ouviu uma conversa ou conhece alguém que sabe sobre o assunto. Cria-se uma rede que acaba envolvendo inúmeras pessoas. O que se percebe através de todos esses depoimentos é o “burburinho”, os rumores, as paixões acirradas e a exaltação de ânimos que tomou conta da cidade.

Assim, a disputa entre os dois chefes se estende para a população, que se divide em pró-Dutra ou pró-Peixoto, formando duas correntes opostas. Era comum encontrar correligionários exaltados das facções opostas, enfrentado-se em discussões pelas ruas e bares da cidade. Até mesmo no caso do atentado sofrido por Pedro Dutra, podemos observar essa polarização política refletida na população local. Para os correligionários de Pedro Dutra, a versão tida como verdadeira é que Manoel Peixoto mandou matá-lo por motivos políticos – “como não venceram pelas urnas, querem vencer pelas balas”<sup>7</sup> – e que não foi preso porque era rico.

Para os correligionários de Manoel Peixoto, a versão que prevaleceu como verdadeira foi a “armação”, a “farsa” do atentado, para exploração política com intuito de prejudicar o seu chefe. Portanto, a cidade se polariza: ou se era “Pedrista” ou se era “Peixoto”, refletindo a disputa político-eleitoral e agora também, judicial, de seus chefes.

Essa polarização vivida pela população local, não se restringiu às eleições de 1933 e ao caso judicial. Ela acompanhou toda a trajetória política dos dois chefes, ou seja, enquanto Pedro Dutra e Manoel Peixoto estiveram no cenário político do município, existiram “pedristas” e “peixotos”. Com a cidade dividida, pressões e perseguições eram comuns de ambos os lados.

6 Processo Crime, 1933. CAT-1-CR-n. 2634 Cx. 127 v. 6 p. 1.031. CDH.

7 Processo Crime, 1933. CAT-1-CR-n. 2634 Cx. 126 v. 4. p. 64. CDH.

### III – A disputa eleitoral no período da redemocratização política pós-45

#### 3.1 – Panorama das eleições no município

Com o retorno da normalidade política, as eleições também voltaram a regularidade. Em maio de 1945 foi promulgado o decreto lei nº 7. 586, a chamada “lei Agamenon”, regulamentando o alistamento eleitoral e as próximas eleições. Recomeçava a campanha de alistamento na cidade, agora obrigatório também para as mulheres. O prazo, iniciado em julho, foi prorrogado para o dia 02 de outubro. Mais uma vez o jornal oficial se torna veículo de campanha: publica trechos da lei que dispõe sobre o alistamento, as penalidades para quem não votar, orientações para o dia do pleito, composição das mesas e distribuição das seções eleitorais, além do apelo ao alistamento e ao voto: “alistemo-nos para sufragar o nome de Eurico Gaspar Dutra para presidente da república”.<sup>8</sup>

A lei Agamenon manteve as duas formas de alistamento de 1932. O alistamento *ex-officio* continuava vigorando. Assim, o apelo ao alistamento se estendia aos industriais, comerciantes e empregadores em geral, que deveriam preencher os formulários de inscrição de seus empregados, de acordo com um modelo constante na instrução para o alistamento.

A primeira eleição desse período, realizada em dezembro de 1945 foi para escolha de presidente da república e vice, senador e deputado federal. Em 1947, tivemos eleições estaduais, para escolha do governador do estado e vice e deputados estaduais e, em novembro deste mesmo ano, eleições municipais, para prefeito, vice-prefeito e vereadores. Em outubro de 1950, ocorreram eleições gerais. O eleitor teve que votar com 11 cédulas: uma para presidente da república, uma para vice-presidente, uma para governador de estado, uma para vice-governador, uma para senador, uma para deputado federal, uma para deputado estadual, uma para prefeito municipal, uma para vice-prefeito, uma para vereador e uma para juiz de paz. Como ainda não havia cédulas oficiais, o eleitor recebia as 11 cédulas do seu partido com os nomes dos respectivos candidatos.<sup>9</sup>

A partir de então, tivemos eleições gerais de 4 em 4 anos, com exceção de presidente da república e vice, que era de 5 em 5 anos, até que o golpe militar em 1964 modificou novamente este quadro.

8 Jornal Cataguases, 17 de junho de 1945.

9 De acordo com KINZO, Maria D’Alva Gil. In: **Representação política e sistema eleitoral no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1980. As cédulas oficiais foram criadas em 1962.

## **3.2 – A disputa eleitoral entre os dois chefes políticos no período pós-45**

### **3.2.1 – As eleições de 1947**

Com a criação dos partidos nacionais, os dois chefes políticos se filiaram em partidos opostos: Pedro Dutra aliou-se nas fileiras do Partido Social Democrático – PSD e Manoel Peixoto na União Democrática Nacional – UDN e passaram a dirigir os diretórios municipais dos respectivos partidos. Assim posicionados partidariamente, concorreram às eleições de 1947.

As eleições municipais deste ano possuíam um significado especial para os dois lados: era a primeira eleição direta para prefeito. Pela primeira vez a população iria escolher diretamente seu chefe político e o administrador de seus negócios públicos. Vencer essa eleição significava a consolidação e efetivação de seu poder local. Mais do que isso, significava a legitimação desse poder, através do endosso direto da população. Desde que o cargo foi criado, em 1930, para ser prefeito era necessário contar com o apoio do governador, já que era cargo de confiança, nomeado por ele. Agora, mais do que nunca, era necessário o apoio da população, através do voto. Mais do que o apoio do governador era o voto do eleitorado que iria dizer a quem caberia o direito de administrar e dirigir a política do município. O candidato vencedor poderia dizer-se o “verdadeiro representante do povo”, já que seria escolhido diretamente por ele.

Podemos sentir a importância que essa eleição assumiu para os dois chefes locais, que se lançaram nela, numa disputa que não media esforços, nem economizava meios para se chegar à vitória. Pedro Dutra, como presidente do diretório municipal do PSD, lançou o nome de José Esteves para prefeito e Manoel Peixoto, chefe do diretório da UDN no município, lançou o nome de seu irmão, João Ignácio Peixoto, para concorrer ao cargo. Começava a campanha eleitoral. Assim como nas eleições de 1933, o clima era tenso e os ânimos estavam exaltados. Nessa atmosfera de paixões políticas acirradas foi que se desenrolou a campanha eleitoral de 1947, uma campanha apaixonada e agressiva, com troca de injúrias e acusações. A oposição distribuiu boletins anônimos pela cidade, agredindo e satirizando a política de Pedro Dutra e criticando seu discurso de “protetor dos pobres” e “defensor dos trabalhadores”. Além disso, acusavam o chefe do PSD de incitar o ódio dos operários, jogando-os contra os patrões.

A disputa entre os dois chefes nas eleições deste ano foi marcada pela contenda em torno do monopólio da utilização dos serviços de alto-falantes. A facção política chefiada por Manoel Peixoto, a coligação UDN-PR, possuía um serviço de alto-falantes que usava para fazer propaganda política e campanha eleitoral. Por outro lado, Pedro Dutra organizou uma sociedade anônima para explorar uma estação de rádio. Membros da facção oposta começaram a angariar assinaturas para o mesmo fim. Assim, os dois partidos passaram a disputar a

autorização federal para a instalação de uma rádio emissora. Pedro Dutra, devido à influência política que tinha na esfera federal, obteve a almejada concessão. Esse fato, por si só, serviu para irritar a facção oposta. Mas a contenda não parou por aí.

A rádio também instalou alto-falantes em locais e horários conflitantes com os da coligação UDN-PR, em vários pontos centrais da cidade. A rádio Cataguases, chamada “voz da liberdade”, funcionava das 9 às 22 horas e apesar de ter programações diversas, como programas musicais e de auditório, constantemente tinha seus programas interrompidos pelo seu proprietário, Pedro Dutra, que fazia seus discursos políticos sempre que julgava necessário. Ou seja, os dois lados utilizavam-se dos serviços de alto-falantes para fazer suas campanhas políticas e não raro, aconteciam provocações. O delegado Catta Preta diz em seu depoimento, que a rádio “incitava operários contra patrões”. José Carvalheira Ramos, deputado estadual pelo PR, também afirma, em seu depoimento, que os correligionários de Pedro Dutra faziam repetidas provocações através da rádio, visando espantar os correligionários opositores das urnas.<sup>10</sup> A oposição, por sua vez, apelidou a rádio de “rádio pirraça”. O uso dos alto-falantes acabou sendo proibido, até que o ministro da justiça, sr. Costa Neto, baixou uma portaria regularizando o caso e dando exclusividade do uso dos alto-falantes às emissoras de rádio.

Mais uma vez, a disputa eleitoral culminou nos tribunais. Poucos dias antes das eleições, na noite de 15 de novembro de 1947, a rádio foi invadida pelo delegado adjunto, José Catta Preta, a mando de Manoel Peixoto, com o intuito de desligar os serviços de alto falantes e fechar a rádio. Como Pedro Dutra e outros que lá se encontravam resistiram à sua ordem, o delegado ordenou que seus homens atirassem, começando um tiroteio que levou à morte de um soldado. Foi aberto inquérito policial e o episódio terminou em processo judicial. Pedro Dutra acusa o delegado e Manoel Peixoto de invasão de propriedade, uso de violência arbitrária por parte da polícia e lembra que a constituição garante a liberdade de pensamento e expressão.

Os partidários da UDN-PR argumentaram que a lei que dá exclusividade ao uso de alto falantes às emissoras de rádio foi revogada e demonstraram indignação pelo monopólio desses serviços por parte do PSD. O delegado alega em sua defesa, que um grupo de pessoas exaltadas queria depredar os alto-falantes da rádio e que ele se sentia impotente para manter a ordem, por isso ordenou que a rádio interrompesse sua programação. Já os correligionários de Pedro Dutra afirmam que esse “grupo exaltado” era formado por alguns mestres e operários das fábricas de tecidos que agiam sob orientação de Manoel Peixoto.

10 Processo Crime, 1948. CAT-1-CR-n. 3034 Cx. 149 p. 56 – 110. Centro de Documentação Histórica – CDH.

Nesse episódio podemos perceber também, através dos depoimentos das testemunhas, como a população se encontrava envolvida na disputa política de seus chefes. Envolvida e dividida. Como no processo anterior, as versões se opõem. Os partidários de Pedro Dutra afirmam que a polícia invadiu a rádio e começou o tiroteio. Os partidários de Manoel Peixoto contam que o delegado foi cumprir uma ordem e foi recebido à bala pelos “capangas” de Pedro Dutra que estavam “armados até os dentes” dentro da rádio.<sup>11</sup>

Contudo, apesar das divergências de opiniões, num ponto os dois lados concordam: o episódio teve sua origem num fato marcadamente político e a campanha eleitoral de 1947 ocorreu num ambiente bastante exaltado. A cidade se tornou um campo de batalha entre os dois grupos adversários, que utilizavam todos os meios para conquistar seu eleitorado e agora contavam (e disputavam) com uma poderosa aliada: a tecnologia dos meios de comunicação.

### 3.2.2 – A entrada do operariado na cena política

Nas eleições de 1947, o operariado se tornou um importante objeto de disputa eleitoral. Disputa essa que começou na década de 1930. Logo no seu discurso de posse como prefeito, em 1931, Pedro Dutra prometeu a construção de uma Vila Operária e a criação de uma “Liga Operária”, que deveria ser um centro de defesa do proletariado. Para tanto, procurou se inteirar das leis sindicais e movimentos operários. Pela legislação sindical vigente, o governo só reconhecia um sindicato de cada classe em cada localidade. Isso significa que se ele conseguisse reconhecer os “seus” sindicatos, os adversários não poderiam organizar outros da mesma profissão. O que poderiam fazer é tentar incluir nos sindicatos já reconhecidos um número maior de sócios. Neste ponto seria preciso muito cuidado, pois quem tivesse a maioria poderia tomar conta da direção do sindicato.<sup>12</sup>

Apesar das tentativas, não conseguiu organizar um sindicato com bases sólidas. Seus esforços, contudo, resultaram na criação da “União Operária”. Esta, deveria “pugnar pela regulamentação do trabalho, da exata aplicação da lei de férias e melhoria do salário...”<sup>13</sup> Essa associação foi criada como entidade jurídica, possuindo estatuto próprio<sup>14</sup> e tinha por finalidade defender, dentro

11 Processo Crime, 1948 CAT-1-CR-n. 3034 Cx. 149. p. 110. CDH.

12 Cf. carta de Wagner a Pedro Dutra. Rio, 15 de janeiro de 1933. **Correspondências pessoais de Pedro Dutra**. Centro de Documentação Histórica – CDH.

13 Jornal Cataguases, 15 de janeiro de 1933.

14 Em 1933, Pedro Dutra conseguiu, através de seus contatos políticos, um esboço do estatuto do Círculo Operário Pelotense, que provavelmente deve ter servido de modelo para a elaboração do estatuto da União Operária criada por ele.

dos princípios do direito, o que “de direito couber à classe unida”. Pedro Dutra era presidente de honra da União Operária, organizava as eleições e dava posse aos diretores eleitos. Participava das festas e comemorações promovidas pela associação e fazia seus discursos, sempre enfatizando os direitos dos operários contra a “prepotência e ganância desmedida de certos patrões”<sup>15</sup>

Nas eleições de 1933, a União Operária lançou um grande manifesto, publicado no jornal oficial, criticando os industriais das firmas Irmãos Peixoto, acusando-os de indiferentes e egoístas, escravizadores do trabalho operário e que tentavam comprar a consciência e o voto dos trabalhadores com festas e embromações. A União confirmava Pedro Dutra como verdadeiro representante dos interesses dos trabalhadores e pedia aos operários seu voto para elegê-lo deputado federal.

Não é difícil entender os motivos que levaram Pedro Dutra a se ocupar tanto com a questão do operariado.<sup>16</sup> Seu adversário político, Manoel Peixoto, era industrial. Como dono de várias fábricas na cidade e investindo em indústrias, ele possuía um número cada vez maior de trabalhadores sob o seu comando. Numa época em que o voto ainda é visto – tanto pelos eleitores, como pela elite política – não como instrumento de representação, mas como instrumento de dominação ou, na melhor das hipóteses, como instrumento de troca – como foi discutido no início do capítulo – era fácil para os donos das indústrias controlar o voto de seus operários. “Dou meu voto a quem me dá emprego”, é a mentalidade reinante, que por muito tempo fez parte da nossa “cultura política”.

Diante desse quadro, a preocupação de Pedro Dutra, como chefe político, que pretendia continuar na direção do município, faz sentido. Tornava-se necessário obter a adesão política do operariado de alguma forma. A defesa das leis trabalhistas, o empenho em criar uma “União Operária”, que visasse defender o trabalhador contra a exploração dos patrões, a “vila operária” e outras coisas do gênero, lhe proporcionavam os instrumentos necessários para tentar abarcar esse eleitorado que, de certa forma, se encontrava no “campo do adversário”.

Apesar dessa preocupação com o operariado ter se iniciado na década de 1930 foi na década de 1940 que a disputa pelo apoio do operariado atingiu seu auge. Nas eleições municipais de 1947, operários das fábricas de tecido da cidade foram transformados em cabos eleitorais. Grupos de operários percorri-

15 Discurso proferido em Astolfo Dutra. In: **Jornal Cataguases**, 8 de maio de 1932.

16 Não estão descartados aqui, os reais interesses de Pedro Dutra pela causa dos trabalhadores, nem pelas questões sociais e trabalhistas, mesmo porque essas questões já estavam na pauta do programa da Aliança Liberal. Contudo, no momento, nos interessa a disputa eleitoral e como o operariado entrou nessa disputa.

am bairros e visitavam casas fazendo campanha. No dia do pleito, vários operários eram distribuídos próximos às seções eleitorais, com a incumbência de trocar cédulas.

Como já foi ressaltado, não havia ainda cédulas oficiais, sendo as mesmas confeccionadas e distribuídas pelos partidos e candidatos. Apesar de ter cédulas de todos os candidatos disponíveis nas cabines eleitorais, o eleitor normalmente já levava a cédula de seu candidato de casa. Assim, nas proximidades de sua seção, o eleitor era abordado pelos cabos eleitorais que davam a cédula do seu candidato – no caso aqui, do candidato da UDN – e recolhiam a cédula do candidato adversário, jogando fora. É o que se chamava “trocar cédulas”.

Pedro Dutra, como delegado do PSD local, denunciou essas práticas eleitorais e encaminhou notificações ao juiz eleitoral da comarca, contra os diretores das indústrias têxteis da cidade, por exercer coação sobre seus empregados, “ameaçando-os de demissão caso não sufraguem no pleito de amanhã os candidatos de sua preferência”, que não revistem seus colegas, nem “troquem cédulas nas vésperas e no dia do pleito”. Afirma que os ditos diretores já possuem em seu poder, listas para exoneração de operários “que não rezem pela sua cartilha política”.<sup>17</sup>

Numa outra notificação, Pedro Dutra denuncia que, nas vésperas do pleito municipal, os diretores das indústrias Irmãos Peixoto, Manufatora e Saco-Têxtil suspenderam seus trabalhos após o meio dia e “puseram todos os operários na rua, dando-lhes a tarefa de recolher e trocar todas as cédulas das casas de operários seus colegas de outras turmas e exercerem intimidação sobre os mesmos, para que votassem nos candidatos da preferência deles patrões”. Pede providências ao juiz eleitoral, alegando violação da lei eleitoral e da constituição federal, sendo, portanto, crime eleitoral, o ato de coação praticado pelos industriais.

Esses episódios deixam claro como o operariado foi envolvido na luta política dos dois chefes locais e usado como um instrumento a serviço da disputa eleitoral, ao mesmo tempo que se tornou também objeto dessa disputa, já que ambos competiam entre si, pelo apoio e o voto do trabalhador fabril.

Essa disputa pelo apoio político do operariado não cessou com o término das eleições. Durante toda a década de 1940, a classe operária ocupou o centro da contenda política entre os dois chefes. Em 1949, os vereadores do PSD na Câmara Municipal se manifestaram pedindo aumento de salário para os operários das fábricas de tecido do município.<sup>18</sup> Como resposta, encontramos

17 Notificação Eleitoral de 21 de novembro de 1947. Centro de Documentação Histórico – CDH.

18 Atas de reunião da câmara, dias 28/10/49 e 09/11/49. Arquivo da Prefeitura Municipal de Cataguases.

junto às correspondências da câmara, dois abaixo-assinados dos operários das Indústrias Irmãos Peixoto e Companhia Industrial Cataguases, repudiando a exploração política dos adversários de seus patrões. Segundo eles, a indicação apresentada na Câmara pelo aumento de salários, só serve para prejudicá-los. Reafirmam sua posição ao lado de seus patrões, pois são eles que dão “o emprego, a remuneração e a ajuda nas dificuldades”. Criticam a postura dos adversários, “caçadores de votos que se arvoraram ultimamente em defensores do aumento de nossos salários”, mas que se interessavam mesmo é pela união contra os patrões, para a “conquista de nossos votos” e defendem seus patrões, “homens honrados, progressistas e merecedores de consideração”, com os quais dizem viver em harmonia.

Como podemos ver, o meio fabril se tornou um campo de disputa eleitoral entre os dois chefes políticos: Manoel Peixoto era dono das indústrias e do emprego, o que dava o sustento para o trabalhador e sua família. Pedro Dutra era o defensor dos direitos dos trabalhadores e das leis trabalhistas, era o que defendia os operários contra a exploração dos patrões. Eis os dois discursos opostos, através dos quais, as duas facções procuravam angariar os votos dos operários.

E quanto aos operários? Como se posicionavam diante dessa contenda? Ao que tudo indica, eles tinham poucas opções: ou ficavam do lado dos patrões ou eram demitidos. É claro que neste caso, um enfrentamento aberto traria mais prejuízo para o operário, que perdia seu emprego. O patrão simplesmente colocava outro em seu lugar. Contudo, o operário tinha uma terceira alternativa: a dissimulação. Apesar de toda a fiscalização e vigilância, havia aqueles que sempre procuravam um jeito de burlar o controle. No caso da troca de cédulas, por exemplo, os operários eram obrigados a fazê-la porque tinha alguém fiscalizando. Todavia, se era simpatizante do candidato da oposição, na menor oportunidade ou distração do fiscal, fazia campanha contrária e pedia voto para o adversário do patrão.

Portanto, se por um lado, havia um severo controle, coações e ameaças, por outro lado, a imposição de toda essa disciplina não era algo tão simples de ser posto em execução e sempre havia aqueles que sabiam aproveitar as brechas do sistema e conseguiam escapar “por entre os dedos”.

É claro que de maneira geral, as coações e os mecanismos de cooptação exercidos sobre os operários funcionavam. Seja pelo medo ou mesmo pela simpatia, a maioria votava com o patrão. Todavia, o que pretendemos aqui é balizar um pouco essa questão. Sabemos que as pressões eram fortes e na maioria das vezes funcionavam, mas, além de ser objeto de disputa política – e realmente eles eram – os operários eram também sujeitos e, mesmo não tendo promovido nenhuma grande mobilização, como greves, passeatas e coisas desse tipo, muitos souberam criar mecanismos para tentar escapar do controle e aproveitar as rachaduras do sistema para poder se expressar livremente através do voto.

### 3.3 – O clientelismo como prática eleitoral

De acordo com Schwartzman, o Brasil possuiu, por um lado, um Estado forte, centralizado, neopatrimonial e que antecede a sociedade civil e, por outro lado, uma sociedade civil fraca e pouco articulada. Quando a participação política é limitada, como no caso da Primeira República, esse Estado assume características corporativistas, já que apenas um pequeno grupo tem acesso à participação política, aos benefícios, órgãos e rendas públicas.

A partir de 1930, o país conheceu um processo de modernização e um aumento da população urbana, o que provocou um aumento das demandas de participação e a busca de representação de interesses dos grupos sociais emergentes. A sociedade se tornou mais complexa e começaram a surgir formas autônomas de participação. Assim, o Estado procura submeter a sua tutela essas novas formas de participação, dando origem ao sistema de cooptação política. Um bom exemplo disso é a criação do Ministério do Trabalho e do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro – numa tentativa de cooptar o movimento operário e os sindicatos nascentes, controlando-os e enquadrando-os no modelo de Estado existente.

Uma outra forma de cooptação são as práticas clientelistas usadas como instrumentos para manter sob controle novas lideranças políticas. Segundo o autor, a política clientelista pode ser vista como uma “resposta de uma administração centralizada de base patrimonialista a uma demanda crescente de participação por parte de grupos antes excluídos dos benefícios do poder”<sup>19</sup>. Ante o aumento da demanda de participação, esse modelo de Estado centralizador, vê na oferta de favores um meio para cooptar essas novas lideranças políticas. O controle das agências governamentais permite às elites políticas exercer a prática clientelista, distribuindo benefícios, privilégios e cargos públicos, incorporando novos grupos na arena política e excluindo outros, num jogo de interesses e compromissos mútuos.

O sistema de cooptação ocupa uma posição intermediária entre os sistemas corporativos e a política aberta a grupos de interesses. Para que ele aconteça é necessária a existência de pessoas e grupos desejosos de participarem também da arena política, ou seja, para haver cooptação tem que haver um esforço de representação. Contudo, o sistema de cooptação política é incompatível com o sistema de representação. “A representação política supõe a existência de grupos autônomos, orientados em função de interesses próprios...”<sup>20</sup> A cooptação, ao contrário, impede a emergência de grupos políticos autônomos, transformando os cooptados em “clientes”. Cria-se uma relação de de-

19 SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Brasília: UnB, 1982. p. 158.

20 Idem, p. 158.

pendência entre os detentores do poder e as lideranças políticas emergentes. Assim, a participação política não resulta da capacidade de uma organização própria. É sempre dependente da elite que detém o poder. Portanto, é uma participação frágil, superficial e debilitada e não constitui em direito e sim em benefício outorgado a alguns “clientes”.

No nosso caso, o clientelismo também se fez presente e a distribuição de favores em troca de apoio político tornou-se uma prática bastante comum. Pedro Dutra, como chefe político, recebia inúmeros pedidos desde ajuda financeira e empréstimos, até remoção de funcionários, nomeações, efetivações, transferências de professores, cartas de apresentação e, principalmente, pedidos de emprego. São solicitações de parentes, amigos e correligionários para si ou para terceiros. Todos apelam ao chefe para usar sua influência política junto ao governo estadual ou autoridades competentes, interferindo a favor do “seu caso”:

O fim desta, sem mais preâmbulos, é pedir-te uma carta para dr. Vianna de Castilho ou outra pessoa de influência equivalente, apresentado o sr. Paulo Fernandes de Oliveira e recomendando-o para ser aproveitado como tachygrapho da Câmara Federal... F. A Silva. Cataguases, 25/05/1925.

Resolvi que o Pedrinho fosse aí a fim de ver se lhe arranjas o lugar de escrivão da Coletoria, visto estarmos em sérias dificuldades. (...) Sei que tudo consegues do Antônio Carlos, em vista disso, penso que não encontrarás dificuldades. Quero também que reforces um pedido que há na secretaria para Edy ficar pro conta do Estado no colégio daqui. Um abraço afetuoso da Inhá. 06/08/1934.

Na minha carta pedia para arranjar o lugar de dentista dos bancários no Banco do Brasil em Belo Horizonte (...) Peço ao amigo me arranjar uma colocação qualquer a fim de que possa melhorar minha situação econômica ou uma colocação para minha mulher que é professora. José Romero. 22/09/1949.<sup>21</sup>

Os exemplos são inúmeros, mas os trechos selecionados acima, já nos dão uma idéia da natureza dos pedidos. Pedro Dutra, por sua vez, procurava atender a todos. Junto às correspondências pessoais, encontramos respostas às

21 Correspondências pessoais de Pedro Dutra – Centro de Documentação Histórica – CDH. Algumas correspondências não estão datadas.

solicitações feitas, nas quais o chefe informa que providências estão sendo tomadas, assim como telegramas a Antônio Carlos e outras autoridades:

Dr. Antônio Carlos, afetuoso abraço.  
Apresento-lhe meu cunhado, dr. Fortunato Barreto Mesquita, advogado aqui em Cataguases (...) Quero que meu amigo me faça mais esse favor, colocando-o no quadro dos auxiliares de advogados da Sul América (...) Aguardo suas preciosas ordens e aqui me fico ao seu dispor. Pedro Dutra.

Exmo. Sr. Governador Juscelino Kubitscheck  
Hebert Dutra, técnico desportivo (...) solicita de V.Excia. seja aproveitado na Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais ou na Diretoria de Esportes (...) De família tradicionalmente pessedista, colaboradores no Governo de V. Excia., ouse fazer esta solicitação ciente da atenção que V. Excia. dará à mesma. Pedro Dutra.

As autoridades respondem às solicitações do chefe pessedista local:

Meu caro Pedro Dutra,  
A ausência do dr. Álvaro Pereira (...) não me permite ainda dar solução ao dois casos de seu interesse. Quanto a um deles, o do dr. Mesquita, adianto que surgem embaraços, por motivo de serem considerados suficientes, no momento, os quatro advogados muito antigos de que a companhia dispõe e o pouco serviço forense atual... Com amizade de sempre. Antônio Carlos. Rio 31/01/1948.

De ordem do presidente da República, envio à V.Excia. cópia da informação prestada pela Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, relativamente à promoção do funcionário Edberto Dutra. Atenciosamente. Paulo Lyra, sub-chefe do Gabinete Civil. Rio de Janeiro, 31/01/1948.

Toda essa correspondência deixa transparecer de forma muito clara, o sistema de rede clientelar montado nas relações políticas, envolvendo, desde o eleitor mais simples até as maiores autoridades políticas da esfera estadual ou mesmo federal. Segundo BOBBIO<sup>22</sup>, o “notável” que tem o trato privilegiado

22 BOBBIO, N. “Clientelismo”. In: BOBBIO, N. Op. cit. p. 178.

com o poder político, serve de elemento de ligação do poder com a sociedade civil e com seus clientes, a quem dispensa proteção e ajuda, em troca do consenso eleitoral. Vemos aqui, Pedro Dutra, na qualidade de chefe político local, ocupando esse papel intermediário entre seus correligionários e as autoridades estaduais. Contudo, todos se encontram presos a essa rede: o eleitor porque precisa do “favor”, o chefe porque precisa de seu voto e as autoridades estaduais porque precisam do apoio político do chefe e dos votos que ele carrega consigo. Tudo isso acaba prendendo os envolvidos numa rede de fidelidades mútuas, em que todos se beneficiam de alguma forma.

Esses favores prestados pelo chefe, normalmente são pagos através do apoio eleitoral. Nas cartas, junto aos pedidos, muitas vezes vinha algo como: “... tenho feito de minha parte o que posso e todos daqui estão interessados muito pela tua vitória. Hoje cabalei uma eleitora...” ou ainda, “... peço informar-me se vai candidatar a deputado (...) para pedir mais uma vez os favores dos amigos que mais prestígio do que eu e também aos colegas de luta pela campanha tua.”<sup>23</sup>

O chefe também cobra a fidelidade política. Em uma resposta a um pedido de ajuda financeira, Pedro Dutra encomenda a um amigo o favor de visitar os pedintes, dizer em que estado se acham e o que é possível fazer por eles. No entanto adverte: “são parentes que jamais me deram um voto ou me emprestaram qualquer ajuda política.”<sup>24</sup>

Votar em seu protetor ou benfeitor não é apenas uma forma de pagar um favor prestado. É mais do que isso. É também um jogo de interesses. É dar o poder a alguém que poderá lhe prestar mais favores futuros, afinal, “ele lá vai poder fazer isso ou aquilo por mim”. Por outro lado, o chefe político procura atender as solicitações de seus correligionários para garantir o seu apoio e os votos de que precisa para mostrar e manter sua força política. É esse jogo de interesses que alimenta a rede clientelar. O rompimento dessa rede pode trazer sérios danos ao chefe. Pedro Dutra criticando a atuação política de seu prefeito José Esteves,

do PSD, eleito por ele em 1955, se diz desiludido com sua administração e enumera os motivos, entre eles está justamente o rompimento de compromissos entre o chefe e seus correligionários:

A família Abrita é, no Cataguarino, com a família Cândido Silva, o sustentáculo de nossa política. Pois bem, você pouco tempo depois exonerou o genro do Marcelino [Abrita] ...

23 Correspondências pessoais de Pedro Dutra. Carta de Alice 01/01/1933 e carta de Saul 25/04/1958. CDH.

24 Correspondências pessoais de Pedro Dutra – CDH.

Resultado: essa gente está magoada comigo. Quem perde com isso não é você (...) mas o PSD que o elegeu com enormes sacrifícios de toda a ordem.

...nas vésperas de sua eleição assumimos compromisso com o pessoal do Cândido Silva de construirmos uma estrada , para automóveis, de sua fazenda a Cataguarino. Depois de três anos engodo (...) você diz que não construirá aquela via pública. O resultado disso foi perdermos 80 eleitores num distrito onde ganhamos a eleição por 4 votos apenas. Somando-se a perda dos votos da família do Marcelo Abrita com as da Cândido Silva, você verificará que acabou em definitivo com a possibilidade de vencermos a eleição naquele distrito.”<sup>25</sup>

Os casos parecem intermináveis e demonstram muito bem a importância e o peso das práticas clientelistas numa disputa eleitoral. A habilidade e a perspicácia para lidar com os vários interesses em jogo podem determinar a vitória numa eleição, ou ao contrário, a sua derrota.

Como podemos ver, a disputa eleitoral em Cataguases, desde os primórdios da República e em especial no período que estamos enfatizando – décadas de 1930 e 1940 – nunca foi um episódio tranquilo. Pelo contrário, sempre esteve marcada por acirradas competições e rivalidades, nas quais os chefes adversários utilizavam-se de todos os artifícios que tinham em mãos, objetivando a vitória eleitoral. Assim, falsificações, subornos, coações, ameaças, compra de votos, clientelismo foram algumas das práticas que caracterizaram a disputa no campo eleitoral. Disputa essa que ultrapassou a esfera das urnas e se fez presente também no campo das representações e da memória.

25 Processo Crime, 1958. CAT-1-CR-nº 3336. Cx. 163. p. 66-67. CDH.